

O PENSAMENTO DE MAX WEBER.

Max Weber inicia sua carreira universitária em 1893, como professor extraordinário de Direito Mercantil e Romano na Universidade de Berlim. Em 1894 assume a Cadeira de Economia Política na Universidade de Hamburgo e em 1897 leciona na Universidade de Heidelberg.

Em 1903 grave crise nervosa afasta-o da cátedra. Em 1918 é convidado para reger a Cadeira de Sociologia na Universidade de Viena. Em 1919 encontra-se em Munique como professor de Ciências do Estado. Em 14 de junho de 1920 morre.

Weber iniciou na produção intelectual defendendo uma tese de doutoramento sobre as "Associações Mercantis na Idade Média". Em 1891 escreve célebre artigo a respeito da "Decadência agrária de Roma antiga". Em 1904-1905 elabora sua tese clássica a respeito das relações entre a ética protestante e o espírito capitalista. No pós guerra participa da comissão de juristas encarregada de elaborar a Constituição de Weimar.

Max Weber foi filósofo negando a Filosofia. Para ele bastava a História para fundamentação da objetividade do pensamento histórico social. Olhava sua época como historiador e a História à luz de sua época.

Em Weber estamos diante de uma história que não desconhece as irregularidades e de uma sociologia que não elimina nem os acidentes nem as idéias sobre as vontades humanas. Não só tinha paixão pela descoberta das forças que configuram a sociedade ocidental, como acreditava na ação como meio de influência nela.

Nas eleições para a Assembléia de Weimar seu nome não fora incluído na lista do Partido Liberal: ele poderia ter rompido a disciplina burocrática. Não querendo fazer concessões aos "nobres" do Partido, retira-se e renuncia a uma política em alto nível. Falhou na política por elevada moral de responsabilidade, não transigia, era um individualista e asceta.

Voltava ao estudo, à sua posição ascética e individualista, exortava seus alunos a manterem-se em seu trabalho especializado, restringindo-se às obrigações quotidianas.

Reafirma essa posição ao atestar a honestidade política de Ernst Toller, dramaturgo, pondo em relêvo seu idealismo exclamando:

Deus na sua ira não fêz o homem político.

Aceitou como integrante da Comissão que elaborou a Constituição de Weimar, a eleição plebiscitária do Presidente da República, dando ao mesmo poderes discricionários. Embora êle introduzisse o direito de inquérito por meio do qual a oposição controlaria o govêrno, no fundo esperava a salvação carismática da democracia.

O drama político de Weber, era a preocupação de criar quadros dirigentes políticos, não pela via burocrática como fêz Bismarck, mas pela via parlamentar, e por isso chocou-se com a realidade germânica.

Após a unificação de 1870 deu-se a vitória da Prússia sobre a Alemanha. Dentro dêste quadro movia-se o liberalismo germânico com suas inconsistências. Seus dilemas políticos e suas perplexidades foram “vividos” na personalidade de Weber até o paroxismo. Não representaria sua doença no plano pessoal, a crise do liberalismo alemão do após-guerra, cuja debilidade levou à vitória do nazismo?

Possuía uma visão desencantada do mundo, de idéias sem elemento mágico, geradas por uma coerência sistemática, Weber é um dos últimos liberais. O nazismo intrigaria a êsse servo da ciência.

Concebía a política como uma luta sem tréguas pelo intêrêsse da comunidade. Nessa luta dava-se a antinomia entre a **ética de convicção** e a **ética de responsabilidade**. Existe a primeira, quando se age com justiça colocando o êxito nas mãos de Deus, e a segunda, quando é necessário responder às consequências da própria ação. Em tom profético, crê que os alemães seriam responsáveis ante a história, se a tirania russa ou o convencionalismo anglo-saxão chegassem a dominar o mundo.

Teoria e praxis em Weber.

A sua concepção de política é inteiramente ligada à sua concepção de ciência. A ciência justifica-se nas possibilidades

da ação **racional**, mas a ação só é responsável, se iluminada pelo conhecimento **racional**: daí a ética da responsabilidade.

Max Weber é o maior representante do humanismo liberal; situando-se mais à esquerda do liberalismo clássico. Nessa época elabora a tese do líder carismático, demonstrando a polaridade dialética burocracia-carisma como constante nas estruturas de poder na civilização ocidental.

Por ter elevada moral de responsabilidade, Weber falhou na “praxis” política. Educado no círculo do liberalismo alemão, ante a união dos industriais e “junkers” em torno do militarismo prussiano, não teve campo para desenvolver uma política em grande estilo, vivendo nos últimos anos como um profeta desarmado, prenunciando a tragédia do destino alemão entregue aos “junkers” e ao irracionalismo.

Sua concepção de ciência está ligada à tradição kantiana. Resigna-se a um conhecimento empírico, à ordenação da explicação conforme relações causais. Recebe esta herança por intermédio de Rickert.

Para Rickert existe o mundo sensível infinito, daí nenhum sistema de leis esgotar os fins de uma ciência da cultura, o importante é criar uma realidade significativa e fundar a objetividade do conhecimento histórico. Existe o valor admitido por toda ciência: a verdade; isso justifica a possibilidade do conhecimento histórico e científico. No entanto, a escolha do objeto histórico depende das vontades de valor do homem político, daí deduz Rickert: 1) o fato histórico é singular; 2) a seleção pelos valores.

Daí decorrer o **nominalismo** de Weber e sua ênfase na explicação **estrutural** e princípios individualizadores de explanação; isso influirá como veremos depois na construção do “tipo ideal” de Weber, representado pelo “cortigiano” do Renascimento, pelo “burocrata” ocidental ou pelo “puritano” protestante.

A preocupação de Weber consiste em estruturar uma ciência sem pressupostos, fundando no interior dela a liberdade do homem, sem julgamento de valor. Como Rickert fala em relacionar os valores à época estudada, Weber fala de **nossos** valores. Assim, impomos ao passado nossas questões, sem o que, não há ciência histórica.

Resigna-se Weber dentro da tradição kantiana a um conhecimento meramente empírico, daí perde-se a fé no conhecimento da essência das coisas; não existem definições **verdadeiras** ou **falsas**, mas, definições mais ou menos **fecundas**.

A grandeza de Weber consiste em **separar** a ciência e a política de todo julgamento de valor, **une** na medida em que a ciência proporciona um conhecimento válido para a ação.

A ciência é inútil como ciência exclusivamente positiva, a política é honesta na medida em que é fundamentada cientificamente. A ciência ou a realidade não podem impor leis, a ciência é incapaz de profecia ou de visão total: deixa ao homem inteira liberdade, cada um decide por si.

Weber distingue no plano lógico entre o que **existe** e o que **deve ser**, o “sentido” do mundo é dado por nós: eis uma diferença entre as ciências da cultura e as ciência da natureza.

O nominalismo de Weber e sua tendência à individualização de fenômenos, não leva a leis, mas à atribuição de efeitos concretos a partir de uma causa concreta. As “leis marxistas” para Weber são úteis como instrumento de investigação, mas são perniciosas quando consideradas empiricamente válidas.

Max Weber define como ideal de trabalho do homem ocidental, o conhecimento especializado. Assim

“a ciência hoje em dia é uma profissão especializada a serviço da consciência de si mesma e da situação de fato e não constitui uma graça de visionários ou profetas, fornecendo meios de salvação ou de revelação, ou constituindo-se em elemento de meditação de sábios e filósofos sobre o pretenso **significado** do mundo; ela constitui um dado de fato inseparável da nossa historicidade, à qual devemos permanecer fiéis, sem evasão possível” (1).

Esse respeito à ciência como saber especializado e secularizado liga-se ao problema da transmissão do conhecimento. Não concebe o significado do ensino ou da ciência como “mensagem” ou profecia, mas como saber secularizado transmitido por indivíduos com formação especializada.

Daí a importância do professor universitário referir-se aos aspectos empiricamente válidos sem a preocupação escatológica,

“porque a cátedra não está à disposição de profetas ou demagogos. Ao profeta e ao demagogo cabe dizer: siga pela estrada e fale publicamente. Fale onde é possível a crítica” (2).

(1). — Max Weber, *Wissenschaft als Beruf*, pág. 73.

(2). — *Ibidem*.

A metodologia de Weber — o “tipo ideal”.

Assim como Durkheim construiu o tipo social exemplificado no conceito de solidariedade orgânica e mecânica, Max Weber construiu o tipo ideal.

Sua construção decorre da necessidade de Weber compreender a singularidade do social com o objetivo de chegar a uma ciência da ação social. O conhecimento do universal serve para explicar o indivíduo “histórico”, daí os “tipos ideais” do “capitalismo racional”, “dominação patrimonial”, “dominação burocrática” ou “cristianismo”.

Reagindo ao naturalismo da época e influenciado por Dilthey e Simmel, Weber procura situar o conhecimento em termos de compreensão, pois os fatos humanos possuem **significados**, opondo-se à **descrição** nas ciências da natureza.

O material histórico que Weber recolhe como objeto dessa compreensão está em estrita dependência da Escola Histórica alemã.

Compreensão e condicionamento histórico, são dois pilares do sistema weberiano.

A utilidade heurística dos tipos “puros” ideais como “feudal”, “patrimonial” ou “carismático”, no sentido unívoco, está ligada ao fato de possuir não só uma adequação de sentido mais pleno possível, tendo tanta **precisão** e **univocidade**, que permaneçam **estranhos** ao mundo, para que assim sua importância terminológica, heurística e classificatória, seja maior.

A univocidade dos conceitos implica em que sejam relativamente vazios diante da realidade concreta do histórico.

Os degraus da construção tipológica pela via da compreensão são apontados por Weber:

- a) pela captação interpretativa do sentido da ação social pensada no particular — consideração histórica;
- b) ação social pensada em termos de média de modo aproximativo na consideração sociológica de massa e
- c) na construção científica — pelo método tipológico, para elaboração do tipo ideal de um fenômeno recorrente.

Da ação social e relação social em graus cada vez mais complexos de desenvolvimento lógico passando pela “ordem legítima”, Weber estrutura os tipos de dominação.

Essa construção valeu-lhe críticas porque

“não elaborou com bastante rigor a estrutura lógica do tipo ideal. Nem tampouco teve em conta a conexão interna entre adequação de sentido e adequado causal” (3).

A valorização da ação social como objeto da Sociologia encarando-a pelo sentido “pensado” pelo sujeito e por outro lado, a historicização das formas de ação social nos tipos ideais históricos, situam Max Weber entre a Psicologia social e a História.

A adoção do método compreensivo por Weber leva-o à ênfase na explicação estrutural do surgimento das peculiaridades que caracterizam a civilização ocidental, tendo como tema central de suas preocupações tipificadas nos conceitos, racionalização e secularização e em torno do desenvolvimento progressivo dos mesmos, como típicos de nossa civilização, é que estrutura o “sentido” do “saber teológico-dogmático”, “saber jurídico”, “burocracia” e “patrimonialismo” ocidentais.

O tipo ideal heurísticamente considerado, atinge sua concreção no plano da historicidade e a resposta a esta indagação encontramos na obra **Gemeinschaft und Gesellschaft** e **Die protestantische Ethik und der Geist für der Kapitalismus**. Na primeira, fundamenta uma sociologia da religião, do direito, da cidade e das formas de dominação; e na última, estuda as relações existentes entre a ética puritana e a criação de um clima moral propício ao desenvolvimento do capitalismo, servindo como “motivação” da ação humana.

O tipo ideal, em lugar do **geral**, retém o que é **individual**, o que é **único**. Constitui um trabalho de reflexão pessoal. O investigador faz uma idéia esquemática do objeto e procura ver em que medida o esquema aplica-se ao mesmo. O conceito não corresponde a uma realidade empírica, é um instrumento de trabalho. E’ impossível ciência sem definições rigorosas. E’ na matemática, especialmente na geometria, que encontramos definições ideais.

As definições de Weber não são do tipo do pensamento francês e americano, que procura encontrar uma verdade fora de nós; caracterizam-se pela subjetividade, são imagens mentais por êle elaboradas. Para Weber a definição caracteriza-se pela fecundidade. Assim, a mais fecunda é a melhor na medida em que nos propõe novos problemas.

Já mostramos acima a interrelação existente entre método compreensivo e análise estrutural. Acresce notar que êsse

(3). — F. Kauffman, *Metodología de las ciencias sociales*, pág. 297.

ponto de vista leva à procura do conhecimento do comportamento social dos homens (ação social) e à sua finalidade sociológica.

Sua sociologia caracteriza-se pelo **finalismo**: o presente é determinado pelo futuro, pelos objetivos dos homens; tem um caráter **individualista** ao situar que é o **homem** que pensa e não o **grupo**. Elabora uma visão da sociologia da consciência postulando que só compreendemos o que está no nível da intelectualização. O que não quer dizer que Weber caia no psicologismo, enquanto a psicologia se ocupa das coisas de um ponto de vista **geral**, Weber procura o que há de **original**: o tipo. A psicologia estuda o homem em **geral**, Weber estuda-o em particular, interessa-se pelo homem do século XIX, de uma sociedade determinada.

O tipo ideal de Weber não é uma idéia filosófica, é científica, distingue-se do economista, na medida em que é:

- a) histórico;
- b) submetido à verificação respeitando toda hipótese não produtiva.

A procura do estabelecimento de relações causais entre os fenômenos, leva Max Weber a provar uma hipótese de trabalho. A é Causa de B. Para saber isso elimina A para saber se B continua existindo. Essa eliminação dá-se por intermédio da comparação entre fatos e idéias.

A sociologia religiosa.

Max Weber na sua célebre obra **Die protestantische Ethik und der Geist für Der Kapitalismus**, publicada in **Gesamte Aufsätze zur Religionssoziologie** (Tubingen, 1920), estudando a estatística sobre a composição social nos países onde há diversas confissões religiosas, concluiu que os protestantes são proporcionalmente o mais numerosos entre os possuidores de capital, fornecendo maior contingente de operários qualificados na indústria.

Se êles figuram como empresários do desenvolvimento capitalista, deve haver logicamente uma relação entre sua religião e sua atividade.

Tempo é dinheiro, crédito é dinheiro, só o dinheiro é prolífico, a preocupação de ser pontual nos pagamentos, a procura de bens constituindo um **dever**, são as normas da ética puritana.

Predomínio da moral da acumulação de riqueza e do dever profissional influenciando em consideráveis massas (**der kapitalistische Geist als Massenerscheinung**).

Entre os operários que se adaptam à revolução tecnológica, figuram em primeiro plano os pietistas, considerando o trabalho como um dever essencial. No século XVII, os metodistas suscitam a oposição de seus companheiros de trabalho devido a sua atitude perante a produção, considerando a intensificação do ritmo de trabalho como uma espécie de obediência a um mandamento divino.

Contrariamente a Sombart, defensor da tese que atribui ao espírito racional a formação da empresa capitalista, Weber mostra que a França e a Itália, berço da filosofia das “luzes”, não assistiram a tal desenvolvimento, tal papel coube à Inglaterra, onde predominavam como dominantes, valores irracionais, a procura do lucro por um sentimento de dever.

A etiologia do espírito capitalista está ligada para Weber ao termo vocação. Mostra êle que antes da Reforma o mesmo não designava nenhuma atividade profissional no sentido profano. Coube a Lutero traduzir **trabalho** e **profissão** por **Beruf**, utilizado nas traduções da Bíblia do século XVI. A palavra **vocation** penetrou na literatura protestante após essas primeiras traduções, nada disso encontra-se entre os povos católicos.

Coube ao pensamento da Reforma atribuir ao trabalho um valor ético e religioso, o cumprimento minucioso das tarefas profanas, designadas por vocação. O calvinismo e as seitas puritanas derivadas empregaram a acepção vocação profissional a todas as atividades lucrativas.

Corresponde ao desenvolvimento do capitalismo e da cultura na Holanda, Inglaterra e França dos séculos XVI e XVII, o **dogma da predestinação nas igrejas calvinistas**, é o dogma básico mediante o qual o homem vive pela honra de Deus, em comunhão individual com o mesmo. Daí o individualismo calvinista. Tudo que o homem empreende por Deus ou seu próximo, tem um caráter utilitário, útil à glória de Deus, cumprida mediante o **ascetismo**.

Todos atos do indivíduo possuem valor religioso, controlados metódicamente, daí certos puritanos chamarem-se “metodistas”.

O moralismo calvinista é estimulado pela certeza que está salvo pelo soberano decreto de Deus. Se o homem é reprovado — introdução do ideal ascético nas atividades mais profa-

nas — isto aparece no seu comportamento, nas tarefas — e se é eleito. Todas suas atividades têm as bênçãos de Deus. E' uma santificação controlada com o **deve** e o **haver** da contabilidade comercial.

Qual é a relação entre a ascese profissional calvinista e o espírito capitalista?

A esta indagação responde Max Weber que a relação entre a ética puritana e a gênese do capitalismo fôra definida por Baxter, para quem a glória de Deus é incompatível com a ociosidade dos eleitos, ou o gôzo tranqüilo das riquezas, só a **ação** importa: **perder tempo** é o mais grave dos pecados. Pontualidade, retidão, ao lado da realização intensa da vontade divina nas tarefas profissionais, daí a tese de São Paulo, "quem não trabalha não come". Deus indica a cada um sua vocação, à qual deve consagrar-se como imperativo divino e pela sua maior glória de Deus.

Segundo Weber, a concepção puritana, mediante a qual os interesses profissionais se interpenetram dentro de uma ordem providencial, devida ao trabalho (**an ihren Früchten**) conduz à melhora qualitativa e quantitativa da produção: é um dos pilares da empresa capitalista moderna.

Deus abençoa os homens conforme seus empreendimentos. O ascetismo voluntário determina um alto nível de produtividade, engendrando o entesouramento. O puritanismo consiste na economia pessoal; ela serve à glória de Deus. Sua moral do trabalho e ativismo político estimula a produção e eleva a riqueza, o ascetismo oposto ao luxo conduz à acumulação do capital.

Segundo Weber outra alavanca moral à acumulação deu-se quando da exigência de produzir muito e consumir menos (**Kapitalbildung durch asketischer Sparzwang**), levando o rico protestante uma existência austera.

A racionalização e secularização dêsse espírito puritano criam os homens de negócios frios e lúcidos, técnicos sem alma e jogadores sem coração (**Fachmenschen ohne Geist, Gemusameneschen ohne Herz**), nota Weber.

A posição calvinista permitindo o empréstimo a juros, considerando o trabalho como sacramento vai criar um clima moral necessário à acumulação do capital. E' nesse sentido que Weber responde a respeito das relações e entre a ética puritana e o espírito capitalista.

Só numa Inglaterra puritana onde o trabalho é considerado sacramento, é que podem vigir as "Leis dos Pobres" sob

Elizabeth e Jaime I que marcava a ferro o ocioso desempregado.

Weber tinha consciência da complexidade da etiologia do capitalismo moderno, e isso impedia-o de apresentar uma tese fundamentada na causalidade "idealista", oposta à "materialista", mas sim, levava-o a estabelecer as relações concomitantes entre determinada ética religiosa e suas repercussões no desenvolvimento econômico, considerado como fato social total no sentido de Maass.

A grande contribuição de Max Weber à sociologia religiosa consiste em ter demonstrado pela via empírico-histórica, como cada religião é portadora de uma ética econômica: como no seu desenvolvimento de "seita" para "Igreja" ocorre a transformação do "séquito" em "fiel", do "carisma" em "sacerdócio hierocrático", dá-se a formação de uma "dogmática" para explicar a nova situação.

Quais são as relações entre o confucionismo e o capitalismo? Sabendo ser o capitalismo um fenômeno essencialmente urbano, que ligação haveria entre as cidades chinesas e o capitalismo?

A essa indagação Weber responde que as cidades chinesas se desenvolveram em torno de castelos de senhores, são feudos dos mesmos. As cidades ocidentais desenvolveram-se **contra** os senhores, lutando pela liberdade de auto-governo (franquias). As cidades chinesas são governadas por senhores ou funcionários de senhores. Falta o elemento burguês que permitiu a separação entre o espírito leigo e religioso.

Fora do âmbito urbano a China é um imenso país rural; daí inexisterem as condições políticas necessárias ao desenvolvimento do capitalismo.

O que caracteriza a religião chinesa é seu animismo: com um Deus Supremo, o Sol. O Céu é o supremo criador; pois envia as chuvas e determina a fecundidade dos homens e animais. A solidariedade familiar está em função do culto aos antepassados. O Imperador é Filho do Céu, intermediário entre Deus e o humano (sacerdote supremo).

Após uma luta entre o Imperador e os senhores feudais sob a forma de luta religiosa do Deus supremo contra os genos locais, vence o Imperador que constitui um corpo administrativo onde a seleção é baseada nos méritos intelectuais (mandarins). Cria-se uma burocracia com cultura humanista.

O poder dos mandarins é fundado no conhecimento formal dos regulamentos e da leitura. Seu ideólogo é Confúcio, a sua

ideologia baseia-se no fato da ordem ser a base da sociedade manifestada pela tradição, culto familiar e culto religioso do céu. A ética é uma ética imanentista no plano das relações humanas. A ordem do mundo para permanecer necessita da ordem moral e social. Nota Weber que, enquanto a moral protestante define deveres para com **todos** os homens sem distinção, a moral confuciana define deveres limitados ao plano cívico, familiar, restrito a pequenos deveres quotidianos.

Apesar de racionalista o confucionismo não criou clima moral propício ao surgimento do capitalismo pelo fato de:

- a) ser tradicionalista, não destruir a estrutura familiar patriarcal em benefício de uma estrutura familiar individualista;
- b) para o protestantismo o homem é um pecador, para o confucionismo o pecado deve-se à ignorância, o que o classifica como religião de letrados, petrificou-se nos concursos de saber e de memória, cristalizado na casta dos mandarins.

A indagação por que o capitalismo não se desenvolveu sob regime feudal Weber responde que isso se deveu aos seguintes fatores:

- a) a política de unificação do Imperador e o fato dos senhores não emprestarem mais dinheiro de usurários;
- b) a grande importância da classe camponesa com pouca terra cultivável tornou a China um país de "jardineiros" inimigos do capitalismo;
- c) a família patriarcal onde cada um existe em função dela, é a proprietária da terra.

Enquanto isso, observa Weber que o capitalismo está ligado a um tipo diferente de solidariedade, fundada entre indivíduos e não entre membros da família, permitindo a relação empregado-empregador.

Outro óbice ao desenvolvimento do capitalismo, consistiu no fato de estar ligado ao direito contratual, enquanto o direito chinês é um direito religioso.

Enquanto o protestante vê no lucro um sinal de favor de Deus que não pode ser malbaratado no luxo, para o chinês inexistente o lucro, o dinheiro serve para o aumento da capacidade de consumo ostensivo.

Diferentemente do protestantismo o confucionismo é anti-ascético, a vida deve ser vivida com agrado; ordem, mais tranqüilidade e felicidade são as três metas do homem.

Enquanto o protestantismo é **individual**, vendo no homem uma alma que pelo trabalho chega a Deus, para o confucionismo o homem está na dependência do grupo familiar e local.

Para o protestantismo, dominar as paixões e seguir a razão é um imperativo **ético-religioso**, para o confucionismo constitui um imperativo **estético**, devem-se dominar as paixões para não ser ridículo.

O taoismo e a ética econômica.

Junto à religião burocrática confuciana surgiu o taoismo e o budismo na China.

Weber define o taoismo pelo conformismo e adaptação ao mundo tal qual é. O caminho que leva a Deus — Tao — é a despersonalização absoluta. A contemplação leva à destruição do Eu, fonte de todo o sofrimento, à uma ordem divina na natureza, nossas ações trazem desorganização, daí a necessidade da inação, condenando tôda a atividade social e política.

Max Weber situa o taoismo como religião de artesãos, camponeses e mulheres. As mulheres cultivam o êxtase no que tem de violento (orgias), o povo mistura-o com animismo transformando-o em politeísta. A oposição dos comerciantes e mandarins é vencida pelos primeiros, daí a introdução do deus da riqueza.

O taoismo devido ao seu caráter apolítico foi perseguido pelos Imperadores, apoiados nos mandarins, findando na vitória do confucionismo.

Quais serão as diferenças entre a ética econômica taoísta e a capitalista?

Weber responde mostrando que o taoismo vê no dinheiro um meio de luxo e de ostentação. O mesmo serve ao consumo, contrariamente à ética capitalista onde o dinheiro deve ser gasto não no consumo, mas, investido e reinvestido em atividades produtivas.

Enquanto para o protestantismo o livro serve para o enriquecimento da vida religiosa, para o taoísta é um fim em si mesmo, serve à elevação social do indivíduo.

O capitalismo industrial na China não chegou a criar um estamento próprio; introduzindo pelos inglêses, desenvolveu-se como árvore exótica nas mãos de estrangeiros.

A Índia e a ética econômica.

Max Weber estudando as cidades hindus nota que a Índia não possui grandes cidades, porém algumas poucas de comerciantes, devido ao comércio exterior, contrariamente à China que só possuía comércio interno e fluvial.

Apesar de conhecer guerras incessantes entre os pequenos Estados, financiadas por comerciantes ricos, o capitalismo ocidental ali não se desenvolveu. Para Weber um dos fatores que impedia isso foi a ética religiosa hindu.

No quadro das religiões da Índia, Weber dá prioridade ao hinduísmo que tinha os Vedas como livro sagrado, onde inexistiu o conceito de casta, constituindo-se numa religião mágico-animista que se desenvolve em torno do sacrifício.

Para Weber o regime de castas como base de estratificação social fundamenta-se no seguinte:

- a) causa étnica — fundamenta-se nos diferentes grupos sociais, não conseguindo explicar a mestiçagem;
- b) causa econômica — a corporação profissional é secreta e o segredo das profissões é transmitido hereditariamente;
- c) causa religiosa — todas as castas se escalam de acordo com os brâmanes que constituíam a classe mais alta, portanto, a mais próxima de Deus.

Paralelamente às causas apresentadas, Weber define a existência das seguintes castas:

- a) brâmanes — são os intelectuais de hoje;
- b) cavaleiros (kachatraya) — sub-castas que formam uma espécie de clã feudal. Esse feudalismo se baseia sobre impostos e pagamentos em víveres e colheitas;
- c) homens livres (vaieya) — compreendia antigamente os agricultores e hoje inclui comerciantes e pessoas ricas. Devido à ética feudal, o comércio era desprezado. Do seu seio saíram duas seitas heréticas: o budismo e o jainismo;
- d) sudras — artesãos — compõem-se de muitas sub-castas conforme as profissões.

Os párias estão fora do regime de castas.

A religiosidade hindu atual funda-se em dois dogmas básicos — samsara e o karma. O samsara é igual ao processo da metempsicose e migração das almas. O karma é a lei da

reincarnação e a responsabilidade moral. Nossas boas ações neste mundo terão uma recompensa na hora do ajuste final.

Qual a influência dessa estruturação de castas e preceitos éticos sobre a vida econômica?

Weber responde a essa questão, argumentando que o capitalismo necessita da liberdade individual de consciência. Na Índia não pode haver mobilidade social vertical devido ao regime de castas. Só existe a mobilidade após a morte, para conseguí-la é necessário ser “puro”.

Para que o capitalismo exista é necessário que os homens se encarem uns aos outros como iguais. Na Índia não há conceito de moral e dever válido para todos indistintamente, cada casta tem sua moral e noção de dever.

Enquanto a preocupação do puritano é santificar-se pelo trabalho para maior glória de Deus (vejam-se os célebres sermões do Rev. Baxter), o hindu pensa em salvar-se saindo do círculo das reincarnações, daí delinearem-se duas vias para a salvação: a) pelo pensamento (budismo) ou b) por meios mecânicos (jainismo).

Weber ressalta duas atitudes importantes no que se refere à ética religiosa influenciando o homem em sua atividade econômica.

Enquanto o ocidental é homem de ação, preocupando-se em modificar suas condições de existência, a ética da religião hindu e chinesa é uma ética de contemplação, a preocupação maior é o cultivo do espírito.

Enquanto na Índia diferenciam-se os homens em castas, constituindo-se em sociedades “fechadas”, o capitalismo ocidental democratiza os processos de ascensão social impedindo a formação de castas petrificadas.

Os judeus e a ética capitalista.

Nota inicialmente Weber que a apologia da ação e do trabalho apareceu com o judaísmo: o judeu sofre a maldade dos homens; acredita-se escolhido por Deus. Daí a necessidade de transformar o mundo considerado iníquo.

Como na China confuciana, entre os judeus predominava o culto aos antepassados definido pela família patriarcal. Com Moisés dá-se a transição do politeísmo ao monoteísmo dos mistérios egípcios.

Chegando à Palestina encontraram eles uma religião agrícola. Nesse período de sujeição do conquistado, estabeleceu-se o contrato entre Jeová e os judeus: “Nós te entregaremos sa-

sacrifícios e tu nos dará a vitória e a terra”. Surgem os primeiros profetas, os Nabir, os profetas da felicidade.

No segundo período, aparecem os profetas das desgraças, surge a escravidão por dívidas e a grande propriedade rural, luxo e a imoralidade. Os profetas anunciam que o povo será punido pelo rompimento do contrato com Jeová. Os indivíduos devem encaminhar sua vida na trilha do bem, é o primeiro chamado à ética da ação, ainda no plano moral apenas.

Dá-se a oposição entre o sacerdócio tradicional, os levitas e os novos “carismas”, os profetas.

Segundo Weber, os últimos não representavam o povo, alguns foram lapidados por êle, eram representantes de uma camada intelectual que ensinavam a ética dirigida a tôdas as classes, representavam traços místicos opostos ao intelectualismo levítico.

Vem o castigo e o povo vai para o exílio, confirmando a visão profética da violação do contrato. Os sacerdotes quando voltam escrevem o Velho Testamento, as leis e toda a história judia, e o mito da criação, transformado em história é assimilado dos assírios, é integrado nos quadros do judaísmo.

O dilúvio passa a ser uma punição.

Os profetas messiânicos apresentam uma novidade — o sofrimento é um meio de subir na escala das virtudes, daí surgir a psicologia do ressentimento — o povo judeu é desgraçado, como Deus ama seu povo, o seu sofrimento tem um valor: o povo pária merece mais porque sofre mais.

Nota-se, segundo Max Weber, a influência de idéias orientais: entre elas a crença do Deus da vegetação que deve ser ritualmente morto, antes que perca o maná com a velhice. Escolhe-se um novo deus (ressurreição) que é mouro, forte e fará a vegetação florescer. O sofrimento (morte ritual) é o preço da ressurreição.

Nota Max Weber que nos profetas o sofrimento tem um sentido **moral** e não **mágico** como na religiosidade oriental antecedente. Surge finalmente o Messias que vem para renovar o contrato de Israel. Após o exílio os profetas tornam-se mais místicos e os sacerdotes racionalistas.

Surge a seita dos “peruschim” (fariseus), espécie de puritanismo e pragmatismo religioso. Devido à inexistência do templo para sacrifícios religiosos, a seita tem caráter moralizante.

Os camponeses e artesãos foram **fariseus** na sub-seita dos **essênios**, a comunidade dos “chaverim” (companheiros ou

iguais). Caracterizam-se pelo puritanismo distinguindo a pureza do **coração** e a pureza da **ação objetiva**.

Qual é a relação entre a emergência das seitas racionalistas e o desenvolvimento de um estamento capitalista?

Weber apresenta como elementos favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo, a **racionalidade** das seitas religiosas surgidas do judaísmo tradicional, agregando-se ao gosto dos rabinos pela discussão das **leis** e pela **reflexão**.

As seitas constituíam-se de elementos recrutados entre a classe média urbana, onde a paixão profética motiva o homem **à ação** para mudar o mundo. “Estamos aqui e aqui devemos viver”, a decorrência é **ação sobre este mundo**.

Como elemento desfavorável ao desenvolvimento de uma **ética religiosa** entre os judeus que propiciasse o desenvolvimento do capitalismo, situa-se o fato dos mesmos terem sofrido perseguições por todos, inclusive pelos romanos que teriam perseguido os **cristãos** na qualidade de **seita judaica**.

Não existe entre os judeus um dos caracteres básicos para a emergência do capitalismo: a igualdade entre os homens.

Na Idade Média devido a interdições legais só se desenvolveu um capitalismo comercial, fizeram fortuna no comércio, atividade detestada até o século XI no Ocidente. O judeu empresta o dinheiro como uma “revanche” ao não-judeu.

Max Weber mostra que a religião judaica condena o trabalho como sofrimento: Adão e Eva nada faziam no paraíso e eram felizes. Só com o surgimento do puritanismo protestante é que a concepção sobre o trabalho mudou.

Concluindo, Weber nota que o capitalismo moderno só se desenvolveu nos países calvinistas. Houve germes de capitalismo em outros países, a falta de um clima favorável impediu seu desenvolvimento. O protestantismo calvinista não é condição suficiente, mas necessária ao aparecimento do capitalismo.

Sociologia da cidade.

Segundo Weber o conceito de burguesia no sentido econômico é típico do Ocidente. Conforme tal categoria, a “burguesia” não é um todo homogêneo: há grandes e pequenos burgueses, empresários, banqueiros, artesãos, comerciantes.

No sentido **estamental** Weber considera burguês todos os indivíduos de “posição” e cultura, empresários, arrendatários, tôdas as pessoas com determinado nível acadêmico e prestígio social.

O conceito de burguês como equivalente a **cidadão**, já existe no mundo antigo e medieval. Weber aponta como exemplo, o patriciado babilônico, os cavaleiros romanos. Tal tipo é desconhecido na China, Índia ou no Islão.

A cidade ocidental criou os **partidos** e os **demagogos**, inexistentes no mundo oriental. Assim também, a cidade cria seu estilo artístico. A arte helênica e gótica é uma arte **urbana**, em oposição ao micênico e ao românico. A matemática entre os helenos, e a astronomia entre os babilônios, o cristianismo primitivo, o pensamento teológico, as associações comunitárias, são produtos urbanos.

As “*arti maggiori*”, as “*arti minori*”, o surgimento do “*podestà*”, dos “*capitani dei popolo*” como demagogo urbano, são produtos da cidade ocidental.

Max Weber aplica as categorias gerais de racionalização e secularização, ao desenvolvimento histórico do Ocidente. O direito racional do Estado moderno emerge ligado à burocracia especializada, procede formalmente do Direito Romano.

Nos tribunais gregos e nos processos políticos em Roma, as partes tentavam influir sobre os juizes mediante uma conduta emocional.

A burocracia bizantina de Justiniano ordenou o Direito Romano como um direito sistematizado, conforme regras impessoais.

Os notários italianos, após a queda do Império Romano, trataram, nas Universidades, da sistematização de uma teoria jurídica. Weber aponta como passo decisivo nessa direção, a **racionalização do processo**, quando o formalismo jurídico do Direito Romano incorporou em seu seio o formalismo **mágico** do direito germânico juntamente com a instituição pela monarquia francesa da classe dos advogados. Alia-se à racionalização maior do direito canônico a Igreja, rejeitando como pagão o duelo e as ordálias do direito germânico.

A importância para o Ocidente da recepção do direito romano consistiu na criação de um pensamento **jurídico formal**. Enquanto a teocracia e o absolutismo orientam-se por uma justiça **material**, a burocracia ocidental atém-se ao **formalismo jurídico**. A criação indireta de condições necessárias à emergência do capitalismo, deu-se para Weber, também pela aliança do estamento de juristas e o Estado moderno.

Os tipos de dominação.

Fiel ao seu método, o tipo ideal, Weber estrutura três tipos de dominação através da história:

- a) dominação tradicional;
- b) dominação burocrático-legal e
- c) dominação carismática.

A característica da dominação tradicional, consiste em basear-se na santidade de tradições imemoriais, na inexistência de área de competência objetivamente válidas. Temos a participação na “mesa” do senhor, a distribuição de “benefícios”, “prebendas” ou “feudos”.

A dominação tradicional pode ter um fundamento patrimonialista, quando há um senhor que protege militarmente os “servos”, quando a terra pertence ao rei ou a comunidades religiosas, ficando o Senhor na qualidade de “gerente”.

O regime patrimonialista, fundamento da legitimidade tradicional, é incompatível com o capitalismo industrial, mas coexiste com o capital comercial ou bancário, segundo Weber. O estamento de comerciantes sempre deu apóio à estruturação de uma burocracia patrimonialista.

Para Max Weber, estamos diante de uma ordenação estatal-patrimonial quando o soberano organiza em forma análoga ao seu poder doméstico o poder político e, portanto, o domínio sobre os homens e as coisas.

A dominação patrimonial fundamenta-se no fato do Senhor “dever” algo ao submisso não por força de lei, mas pelo costume. Daí protege-o contra perigos externos, trata-o “humanamente”. Reciprocamente, o submisso deve ajudar o Senhor, sendo êsse dever ilimitado em situação de guerra. Isso se deu nos exércitos feudais da Idade Média, nos hospitais; igual função tinham os clientes romanos, os **coloni** do período das Guerras Cívicas valendo o mesmo para os tributários dos senhores de terra e para os mosteiros medievais.

No antigo Egito, isso se dá com os colonos recrutados patrimonialmente no exército do faraó. Para Weber, o modelo de Estado patrimonial encontra-se na civilização incaica e na república dos jesuítas do Paraguai.

Weber acentua como principal dever dos dominados numa estrutura patrimonial, abastecer o senhor materialmente. As necessidades de armamento e roupas são satisfeitas mediante

entrega de víveres; por sua vez o soberano exige nova prestação de serviços dos súditos.

As tropas do Senhor, segundo Weber, podem ser constituídas de arrendatários e colonos. No último caso, encontram-se os faraós e os reis mesopotâmicos, como os grandes senhores patrimoniais da Antigüidade, a nobreza romana e os “senhores” da Idade Média. O perigo da transformação do patrimonialismo em feudalismo consiste em incrementar a transformação dos soldados em proprietários de terras. A paralisção do comércio no Oriente, desde a época dos selêucidas, deu-se por essa razão. As tropas de **jenichai** (janizaros) serviam aos senhores na qualidade de mercenários, os **signori** das cidades italianas desde David até a Guarda Suíça dos Bourbons, os soberanos patrimoniais recrutam sua guarda entre os estrangeiros.

O príncipe patrimonial pode apoiar-se em tropas que recebem um lote de terra para prestar serviço militar, no caso da casta guerreira do Egito, os **kleruchi** helenísticos ou os cosacos.

Daí notar Weber que o patrimonialismo e a monarquia militar andam paralelamente, devendo-se isso, não só a razões de caráter político — o engrandecimento do território e a necessidade de proteger as fronteiras como no Império Romano — mas, devido à crescente racionalização da economia aliada a uma especialização profissional e à separação dos súditos entre “civis” e “militares”.

O patrimonialismo é incompatível com o saber burocrático especializado.

A máxima confuciana, que o homem não deve ser um meio, ideal ético do auto-aperfeiçoamento universal, opõe-se à idéia ocidental objetiva de profissão, não conduz ao saber especializado, fundamento do Estado burocrático atual. Daí o patrimonialismo desenvolver a formação de tipos sociais como: **comes stabuli** (marechal condestável), o mordomo, o intendente, o tesoureiro. Esses cargos existem como direito pessoal do funcionário, situando-se como no Estado burocrático, à exigências objetivas.

Dominação burocrático-legal.

Max Weber conceitua a dominação burocrático-legal, como aquela que se atém a normas abstratas, gerais e impessoais, onde a obediência não deriva de uma relação “pessoal”, mas é devida ao “cargo”. O que importa é a ordem legal não a pessoa.

As categorias básicas da dominação legal fundamentam-se num exercício continuado, sujeito à lei de funções, num âmbito que significa:

- a) um âmbito de deveres e serviços objetivamente limitados em virtude de uma distribuição de funções e
- b) com atribuição de poderes necessários para sua realização e fixação estrita de meios coativos para sua aplicação.

Liga-se a êste processo o princípio da hierarquia administrativa que funciona mediante técnicas. A formação especializada é inseparável da condição de funcionário, com a separação entre quadro administrativo e meios de administração e produção, atendo-se a um expediente rígido.

O domínio da dominação burocrática dá-se quando vigora o princípio universal da nomeação de funcionários. O desenvolvimento do Estado, Igreja, Exército, Partido, coincide com o incremento da administração burocrática; é o germe do Estado Ocidental.

Nota Max Weber que cabe a nós optar entre a burocratização (que se funda no saber especializado condicionado pela técnica e economia da produção de bens em forma capitalista ou socialista), e o diletantismo administrativo. (Adverte Weber que uma administração capitalista ou socialista ou estatista, que quiser alcançar iguais resultados técnicos aos da administração capitalista clássica, deverá incrementar necessariamente a burocratização).

A forma de dominação burocrático-legal caracteriza, em seu estado "puro", os Estados Ocidentais, assumindo às vezes formas mistas, como a forma burocrático-carismática sob Napoleão, burocrático-patrimonial na Turquia de Kemal Pachá ou a forma burocrático-carismática no Estado Russo atual.

Dominação carismática.

Carisma é uma palavra de origem grega, correspondente a "graça". O portador de um carisma tanto pode ser um "chaman" de tribo primitiva, um caudilho militar ou um portador de uma missão religiosa de salvação. Se-lo-á na medida em que incorporar virtudes extra-quotidianas e inacessíveis a outrem.

A validade do carisma depende do reconhecimento por parte de seu séquito, que se dá por "corroboração" das supostas qualidades carismáticas, constituindo um "dever" dos chamados e uma entrega pessoal, cheia de fé e esperança.

Se o líder carismático não satisfaz os seguidores, se o carisma parece “abandonado” por seu Deus ou protetor, sua autoridade pode se dissipar. Max Weber exemplifica com o caso chinês, onde os monarcas em situação de guerras, secas ou inundações, estavam obrigados à expiação pública ou abdição.

O quadro administrativo carismático é composto de “fiéis”, “irmãos”, “companheiros” ou homens “de confiança”. Não há direito abstrato: voga o juízo de Deus e as revelações.

“Estava escrito, mas em verdade vos digo”, constitui o mandamento de qualquer líder carismático portador de uma missão de salvação.

O conceito de “missão” é inerente aos grupos carismáticos, sejam os essênios, grupos monacais regidos por um coletivismo econômico, ou alheios à economia quotidiana como os budistas.

No entanto, a apropriação dos poderes de mando pelo séquito carismático leva-o à burocratização. Isso produz o que Weber chama a “rotinização” do carisma, que, de portador de uma missão extra-quotidiana ingressa no quotidiano.

Isso se dá, quando em seu **status nascendi**, o carisma é revolucionário, dirigindo-se contra todos os poderes “dêste mundo”, e posteriormente transforma-se em burocrático, entrando em **connubium** com as forças dêste mundo. A Reforma fôra uma reação contra esta atitude e pela ampliação da área do domínio hierocrático sôbre a vida leiga e secular.

A rotinização do séquito se dá quando os “revolucionários” se transformam em “funcionários; daí o líder carismático tender a procurar um tipo tradicional de legitimidade. A seita transforma-se então em Igreja, os “princípios” em “dogmas” disciplinando o misticismo numa teologia sistemática. Êsse é o sentido da construção de São Tomás e de Al Farhâbi no quadro islâmico.

A morte do líder carismático pode ocasionar a crise do “sistema”, pois o problema de sua sucessão liga-se, em geral, ao interesse material dos prosélitos do quadro administrativo. Veja-se a importância do testamento político de Lenine e a oposição Stalin-Trotsky nos quadros da sucessão carismático-burocrática no bolchevismo russo.

A crise da sucessão carismática pode ocorrer:

- a) por busca do sucessor segundo determinados sinais de que, como portador do carisma está qualificado pa-

- ra ser líder. Assim é a busca de um nôvo Dalai-Lama, criança eleita por sinais de incarnação do divino.
- b) por revelação, oráculo, sorteio, juízo de Deus. É o caso dos “shofetim” (arautos) israelitas. O velho oráculo de guerra havia assinalado a Saul.
 - c) por designação do sucessor pelo portador atual do carisma e reconhecimento pela comunidade. Designação dos ditadores em Roma, coroação pelo clero e pelos príncipes, de bispos e reis no Ocidente.

As normas carismáticas podem transformar-se facilmente em dotamentais ou tradicionais. Domina então o carisma hereditário tipificado no Estado de Linhagens (*Geschlechterstaat*), gerontocratas e patriarcas legitimados pela tradição. É o caso do Japão antes da burocratização do seu Estado, o domínio das “velhas famílias” na China e na Índia.

A transformação do carisma em movimento prebendário feudalizante, de apropriação carismática hereditária de bens e cargos, produzem situações iniciais de caráter patrimonial e burocrático influenciando sobre a economia.

Tal é o caso da monarquia hereditária, ligada à noção da santidade de herança do trono, como condição de manutenção da propriedade herdada e legitimamente adquirida. É o direito divino dos reis definido no Velho Testamento e reinterpretado à luz das necessidades da monarquia absoluta na Europa, estruturada com rigor lógico por Justo Lipsio e Othomanus, juristas protestantes a serviço do regalismo.

O carisma de “revolucionário” após a burocratização passa a defender os “direitos adquiridos” gerando inevitavelmente cisões ou heresias, definidas por aqueles que procuram manter a missão de salvação da seita, Igreja ou Partido. Este é o sentido último das heresias nestorianas, cátaras, albigenses, protestantes, da oposição de Robespierre ao Diretório, e na época atual, de Trotsky a Stalin e de Strasser a Hitler.

Quando Joseph de Maistre doutrinava que toda revolução tem seu 18 Brumário, queria dizer, que a burocratização é a consequência inevitável dos portadores de uma “missão de salvação”.

*

*

*

BIBLIOGRAFIA.

- Max Weber — **Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus**, in "Gesamte Aufsätze zur Religionssoziologie". Tübingen, 1920.
- **Gesamte Aufsätze zur Religionssoziologie**. Tübingen, 1920.
- **Wirtschaft und Gesselschaft**. Tübingen, 1920.
- **História económica general**. Fundo de Cultura Econômica. México.
- Hans Gerth — **From Max Weber**. Ed. Kegan Paul. Londres, 1958.
- R. Aron — **La sociología alemana contemporanea**. Ed. Paidós. Buenos Aires, 1952.
- Ernst Troeltsch — **Die Soziallehren der cristlichen Kirchen und Gruppen in Gesamte Schriffen**. I volume, Tübingen, 1912.
- W. F. Van Gusteren — **Kalvinismus und Kapitalismus**. Amsterdão, 1954.
- Wener Sombart — **Die Juden und das Wirtschaftsleben**. Leipzig, 1911.
- Felix Kaufman — **Metodología de las ciencias sociales**. Fundo de Cultura Econômica. México, 1946.
- André Bieler — **La pensée économique et sociale de Calvin**. Ed. George & Cie. S. A. Genève, 1959.

MAURÍCIO TRAGTENBERG

Licenciado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.